



# Edição 300



# Frases da quinzena

Foto: Ruano Carneiro

**"Precisamos ajudar os municípios a adotar critérios no que diz respeito à segurança alimentar"**

**Lucinha (PSDB), em audiência para tratar da comida servida em hospitais e escolas**



Foto: Iara Pinheiro



**"Deve haver uma preocupação com a cidade como um todo, pois atletas e turistas vão querer conhecer o Rio"**

**Tania Rodrigues (PDT), durante encontro que tratou de acessibilidade nas Paralimpíadas**

Foto: Iara Pinheiro



**"O cinema é um meio de comunicação que deve ser aproveitado como instrumento de campanhas educativas"**

**Waguinho (PMDB), sobre projeto que obriga cinemas a exibir pequenos filmes contra as drogas**

## Redes Sociais



/assembleiaRJ



/alerj



/radioalerj



/radioalerj

Hoje é o #DiaDoAbrço, uma forma simples, mas intensa, de demonstrar sentimentos. Deixo aqui o meu abraço para cada um de vocês!

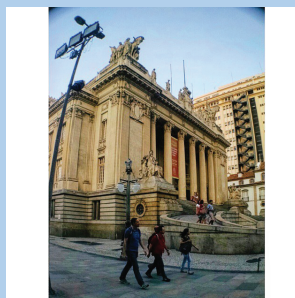
Dep. André Ceciliano  
andrelceciliano

f 22/05 – 15:53  
Facebook

Alerj achou a solução do problema colocou em pauta projeto de lei que tipifica crime de roubo de bicicleta.

Luiz A. Cataldo Jr.  
@luizcataldojr

21/05 – 18:42  
Twitter



Rafaela Lemos  
@rafaellalds

23/05 – 02:35  
instagram

\*As mensagens postadas nas redes sociais são publicadas sem edição de conteúdo.

## Agora é lei

Desde o último dia 18, cantinas escolares subordinadas à Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) e à Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) têm regras de organização e funcionamento. A Lei 6.859/14, publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo após a derrubada do veto parcial do governador Luiz Fernando Pezão, garante que a ocupação desses espaços por particulares aconteça mediante licitação pública. O texto do deputado licenciado André Corrêa, atual secretário de Estado do Ambiente, diz que a permissão de uso pode ser revogada a qualquer momento e o permissionário terá um prazo de 30 dias para deixar o local. Já qualquer alteração societária, construção ou benfeitoria na área ocupada deverá ser comunicada à Seeduc ou à Faetec. "A cantina é atividade econômica que garante o sustento de milhares de famílias fluminenses. Entretanto, temos que defender também a saúde dos estudantes e dos funcionários. E o caminho mais adequado é disciplinar o funcionamento desses estabelecimentos", disse Corrêa.

Foto: Yago Barbosa



## Expediente



**Presidente** - Jorge Picciani

**1º Vice-presidente** - Wagner Montes  
**2º Vice-presidente** - André Ceciliano  
**3º Vice-presidente** - Marcus Vinicius  
**4º Vice-presidente** - Carlos Macedo  
**1º Secretário** - Geraldo Pudim  
**2º Secretário** - Samuel Malafaia  
**3º Secretário** - Fábio Silva  
**4º Secretário** - Pedro Augusto  
**1º Suplente** - Zito  
**2º Suplente** - Bebeto  
**3º Suplente** - Renato Cozzolino  
**4º Suplente** - Márcio Canella

**JORNAL DA ALERJ**

**Publicação quinzenal da Subdiretoria Geral de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**  
**Jornalista responsável:** Daniella Sholl (MTB 3847)

**Editora:** Mirella D'Elia  
**Coordenação:** Everton Silvalima  
**Equipe:** André Coelho, André Nunes, Buanna Rosa, Camilla Pontes, Symone Munay e Vanessa Schumacker

**Editor de Arte:** Rodrigo Cortez

**Editor de Fotografia:** Rafael Wallace  
**Secretária da Redação:** Regina Torres  
**Estagiários:** Carolina Lessa, Felipe Teixeira, Gabriel Deslandes, Gustavo Natario, Iara Pinheiro (foto), Isabela Cabral, Mariana Totino, Priscilla Binato, Tomás Battaglia e Vitor Soares (foto).  
**Capa:** Rodrigo Cortez  
**Impressão:** Imprensa Oficial  
**Periodicidade:** quinzenal  
**Tiragem:** 1,5 mil exemplares

**Telefones:** (21) 2588-1404 / 1383

**Fax:** (21) 2588-1404  
Rua Primeiro de Março s/n, sala 406  
Palácio Tiradentes - Centro  
Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.010-090

**Email:** dcs@alerj.rj.gov.br

**Site:** www.alerj.rj.gov.br  
www.twitter.com/alerj  
www.facebook.com/assembleiarj  
www.facebook.com/radioalerj



## FÓRUM

Foto: Rafael Wallace



# Articula Maré

Pezão (esq.) esteve no encontro e disse que pretende transformar a ocupação em referência. Piccini: "Alerj irá articular as ações"

## Começa articulação para ações de desenvolvimento em prol do Complexo da Maré

VANESSA SCHUMACKER

A primeira reunião do projeto de articulação entre sociedade civil, autoridades e organizações não-governamentais que atuam no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio, aconteceu no dia 21, na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Durante o encontro, realizado pelo Fórum de Desenvolvimento Estratégico do Estado, ficou decidido que haverá uma atuação con-

junta para a transformação do projeto das UPPs em Unidades de Políticas Públicas. Representantes da Força de Pacificação, dos governos estadual e municipal e dos poderes Legislativo e Judiciário estiveram presentes ao evento.

De acordo com o presidente da Alerj e do Fórum, deputado **Jorge Piccini (PMDB)**, a comunidade já recebe ações importantes, mas de forma desintegrada e desorganizada: "As ações precisam dialogar mais e o parlamento pode ajudar nisso". O Exército deverá deixar a Maré em 30 de junho para dar lugar à 39ª UPP.

Segundo o general Fernando Azevedo e Silva, a Força de Pacificação cumpriu seu papel. "Em termos de colaboração com a

pacificação, a primeira parte já foi feita. Agora, saem as Forças Armadas e entram as forças de segurança pública", disse.

Presente ao evento, o governador Luiz Fernando Pezão informou que o Governo está elaborando um grande programa para a comunidade, que reúne 16 favelas e cerca de 130 mil habitantes. "Vamos fazer um trabalho de integração para que tenhamos uma ocupação que vire referência", disse. Já o secretário executivo de Coordenação de Governo da Prefeitura, Pedro Paulo, falou das ações da Prefeitura: "Uma das coisas mais importantes em uma comunidade pacificada é integrar os diversos órgãos, as ações do Governo, da Prefeitura, da sociedade civil e da justiça".

Reprodução



**Sociedade**  
318

**UM GOVERNO MELHOR**  
A consultora **Monique de Araújo, Geiza Rocha, da Assembleia do Rio, e Sílvia Bernardin, secretária de Campinas: como fazer avançar os**

corporativismo burocrático e o abandono de projetos por causa da sucessão eleitoral. Essas são algumas das principais preocupações dos integrantes da primeira turma da pós-graduação em administração pública do Centro de Liderança Pública (CLP). No fim de fevereiro, o grupo de 35 alunos, em sua maioria gestores de altos cargos na administração de estados e prefeituras, entre eles oito secretários, passou uma semana na Kennedy School, na Universidade Harvard, onde discutiu estratégias para desenvolver reformas capazes de atrair investimentos e aprimorar a qualidade dos serviços prestados

Geiza (à dir.) durante o curso nos EUA

## ▶ Titular do Fórum nas páginas de Veja

Subdiretora-geral do Fórum Estratégico de Desenvolvimento do Rio, Geiza Rocha foi destaque em reportagem da revista *Veja* (à direita) por ser da primeira turma da pós-graduação em Administração Pública do Centro de Liderança Pública (CLP). Geiza passou uma semana na Kennedy School, em Harvard (EUA), com outros alunos brasileiros.

"Esse curso tem como foco desenvolver o olhar do gestor para que ele consiga

resolver os problemas mobilizando as pessoas", afirma. Ela conta que, através do engajamento, o gestor agrupa sua equipe para tirar o melhor que ela tem a oferecer e construir a resposta para problemas e obstáculos em conjunto.

Segundo Geiza, o tema mais discutido no curso foi a *Real efetividade das políticas públicas*. O foco da discussão foi a necessidade de analisar dados e os benefícios eles trouxeram para a sociedade. (colaborou Tomás Battaglia)



**DIREITOS HUMANOS**

Foto: CSCCR/Facebook



# PEDALANDO CONTRA O CRIME

## Aumento do roubo de bicicletas e morte de ciclistas motivaram Alerj a agir no reforço à segurança

CAMILLA PONTES E PRISCILLA BINATO

**O** Rio de Janeiro está passando por um momento crítico por causa dos últimos crimes contra ciclistas. No dia 19 de maio, o médico Jaime Gold, 57 anos, sofreu um assalto a faca na Lagoa Rodrigo de Freitas, Zona Sul, e morreu no dia seguinte. Jaime levou golpes na barriga e no braço e teve a bicicleta roubada. Um mês antes, o jovem Victor

Didier, 19 anos, foi esfaqueado por ladrões que tentaram levar sua bicicleta, também na Lagoa (*leia mais na pág. 5*). Notícias como essas tornaram-se corriqueiras na cidade. Ainda assim, não é possível ter a real dimensão da quantidade de crimes desse tipo que ocorrem em todo o Estado. Diante disso, a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) arregaçou as mangas e elaborou meios de proteger os ciclistas. Os deputados identificaram que um dos motivos para a insegurança é a falta de tipificação específica nos registros de ocorrências da polícia quando uma vítima presta queixa em uma delegacia.

De acordo com o presidente da Comissão de Segurança no Ciclismo da Cidade do Rio (CSCCR), Raphael Pazos, a bicicleta

é um bem cobiçado, muito fácil de ser roubado e vendido, e, pela inexistência formal desse crime, um ciclista que é roubado tem na sua ocorrência o delito registrado como roubo a transeunte. “A inclusão desse título no sistema de segurança pública é o pontapé inicial para que se tenham dados estatísticos no combate a esse delito”, afirmou. Foi Pazos quem levou a demanda da tipificação do crime de roubo de bicicletas para a presidente da Comissão de Segurança da Alerj, deputada **Martha Rocha (PSD)**, que criou um projeto de lei. Em reunião realizada na presidência da Casa, em 21 de maio, Pazos conheceu também a proposta do deputado **André Ceciliano (PT)**, que, entre outras regras, prevê um cadastro unificado de bicicletas



Foto: CSCCR/Facebook



### Comissão defende cicloturismo

no Estado e a obrigatoriedade da emissão de nota fiscal pelos estabelecimentos. O resultado da reunião foi a união dos dois projetos em uma única proposta, o PL 444/15, que cria o Sistema Estadual de Prevenção ao Roubo e ao Comércio Ilegal de Bicicletas no Estado.

Martha Rocha conta que foi procurada pelo grupo em março, porque eles constataram a ausência de estatísticas. "Roubo e furto são genéricos. O roubo de celular é especificado, assim como o roubo de um veículo. Então, por que a Polícia Civil não pode tipificar o roubo de bicicleta?", questiona. André Ceciliano diz que, apesar do número de bicicletas recuperadas ser alto, o veículo fica nos pátios e salas das delegacias, porque o proprietário não consegue localizá-lo facilmente. "As bicicletas não possuem uma identificação, como um número de série, uma vez que isso não é obrigatório. Com a identificação, um dos objetivos é evitar o comércio de peças roubadas", comenta o parlamentar.

Pazos defende a atuação conjunta

das autoridades municipais e estaduais, pois, segundo ele, não se trata somente de uma questão de segurança pública, mas de melhorias de infraestrutura das próprias ciclovias, com mais iluminação e poda de árvores. O ciclista defende que a guarda seja feita por policiais em bicicletas. "A previsão é que, até 2016, o Rio tenha 450 quilômetros de ciclovias - hoje, são 380. Quanto mais ciclovias, mais bicicletas e mais roubos", diz.

### Dados oficiais

O Instituto de Segurança Pública (ISP), que classifica o roubo de bicicleta como roubo a transeunte, diz que, hoje, não tem como especificar esse crime. No primeiro quadrimestre de 2015, de acordo com o ISP, 25.248 roubos a transeuntes ocorreram em todo o Estado. Somente em abril, foram mais de 5 mil registros. Segundo Martha, no sistema atual, é necessário que se abra cada boletim de ocorrência manualmente para contabilizar os itens descritos - a Polícia Civil informa que, em cada registro, existem microdados que indicam quando houve roubo de bicicleta. "O roubo é um dado genérico e, toda vez que o crime necessita de uma especificação para ser apurada, ela surge. Quando há um filtro no boletim de ocorrência, é possível fazer uma pesquisa mais apurada", explica a deputada, ex-chefe da Polícia Civil.



Martha e Ceciliano com Pazos (à dir.)

## ▶ Armas brancas: Alerj fomenta debate em Brasília

O presidente da Alerj, deputado **Jorge Picciani (PMDB)**, disse que vai incentivar a Câmara Federal a discutir projetos para endurecer a legislação penal quanto ao uso de armas brancas, como facas. Segundo ele, há uma proposta em tramitação desde 2004, o PL 2.967, do deputado Lincoln Portela (PR-MG), que prevê até um ano de prisão para quem portar arma branca com dez ou mais centímetros de comprimento.

Segundo Picciani, Martha Rocha foi quem descobriu a informação, em pesquisa no site da Câmara, e ele enviou o dado ao líder do PMDB, deputado Leonardo Picciani. O Legislativo municipal do Rio também atuará por melhorias na segurança dos ciclistas. Foi aprovada, no dia 26, a CPI que vai investigar denúncias de desmonte e venda de peças de bicicletas roubadas e fatos relacionados à segurança dos ciclistas do Rio.

## ▶ "O MEDO PERSISTE"



Foto: Vítor Soares

Jogar basquete e andar de bicicleta eram duas atividades que Victor Didier, de 19 anos, sentia prazer em praticar. No entanto, o jovem, uma das vítimas de roubo de bicicletas no Rio, diz que não "pode viver mais como antes". O relato do estudante de Engenharia de Produção impressiona: ele faz questão de mostrar as marcas das facadas - foi golpeado três vezes por ladrões no dia 19 de abril, na Lagoa. Depois de passar 15 dias internado, o estudante ainda não sabe quando voltará à rotina: "O medo persiste".

### Depois da tentativa de assalto, como se sente ao andar pela cidade?

Sinto que não posso mais fazer o que fazia antes. Não posso sair de bicicleta para andar às 18h com minha família, porque a gente não sabe nem quando nem onde, mas pode aparecer alguém com uma faca ou uma arma e tentar te matar.

### Acredita que houve aumento na violência no Rio?

Antigamente, os criminosos tinham receio do que poderia acontecer com eles depois. Apontavam uma arma para você e não atiravam. Mostravam que tinham uma faca, mas não te esfaqueavam. Hoje, não querem testemunhas vivas. Querem acabar com quem está vivo e fazer o trabalho mais rápido.

### Conhece o projeto de lei sobre o assunto que tramita na Alerj?

Conheço e acho a ideia ótima. Sou fã de bicicleta e pedalo desde pequeno. Meu pai também é fã, pedala comigo e já teve duas bicicletas furtadas, assim como muitos que conheço. Seria realmente interessante ver esse projeto aprovado.

### Você acompanhou o caso do médico Jaime Gold?

Sim. Estou acompanhando. Sinto revolta pelo que aconteceu. E me pergunto quantos vão ter que ser esfaqueados ou morrer para isso acabar.



# 300 JA

## JORNAL DA ALERJ

Há 12 anos, **JORNAL DA ALERJ** marcou mudança na forma de o Parlamento fluminense se comunicar com a população e com os formadores de opinião

CAMILLA PONTES, FELIPE TEIXEIRA  
E GUSTAVO NATARIO

**N**em faz tanto tempo assim. Mas o fato é que, em 2003, o mundo se comunicava de um jeito bem diferente dos dias atuais – e a Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) também.

Não se falava em redes sociais – nem mesmo o falecido Orkut existia. Fotografias – os mais jovens não vão acreditar – ainda eram reveladas em lojas da Kodak e De Plá, marcas que, assim como os dinossauros, foram extintas pelos novos tempos. E, embora a Alerj tivesse um portal na internet – o que já era um avanço, posto que poucas eram as instituições públicas com site, na ocasião –, a página não funcionava como agência de notícias online, como hoje.

A virada foi dada há 12 anos, mais precisamente quando o deputado **Jorge Picciani (PMDB)** assumiu o primeiro de seus cinco mandatos como presidente

da Assembleia. Chegou prometendo dar mais transparência e divulgação às atividades na Casa e cumpriu a palavra: em 2003, não apenas inaugurou a TV Alerj, como também deu ao Departamento de Comunicação – que, em 2009, virou Diretoria, a DCS – todas as condições para promover uma revolução na forma de a Casa se comunicar com a sociedade.

Picciani mandou comprar mesas e cadeiras decentes, adquiriu câmeras digitais e computadores para o departamento, aumentou a equipe e permitiu que fossem contratados jornalistas profissionais para comandar o setor. E assim, em 1º de abril (parece mentira!), saía da gráfica o primeiro **JORNAL DA ALERJ**, com oito páginas e 2 mil exemplares, distribuídos internamente e enviados pelos Correios a formadores de opinião. Até 2007, o jornal foi editado semanalmente. Desde então, passou a ser quinzenal, mas ficou mais encorpado,

com 12 páginas ao todo. Hoje, muitas reuniões de pauta e fechamentos depois, a 300ª edição chega às suas mãos contando um pouco dessa trajetória.

A jornalista Daniella Sholl, hoje à frente da Subdiretoria-geral de Comunicação Social da Alerj, era assessora direta de Picciani na época das primeiras mudanças do então Departamento. Foi ela quem idealizou e acompanhou a mudança da Comunicação da Casa, antes mais focada na figura do presidente e menos na instituição como um todo. Daniella avalia que a transformação só foi possível graças à confiança e à liberdade que Picciani sempre deu à equipe. “Assumimos junto com a CPI do Propinoduto, com a grande imprensa praticamente morando aqui, por meses. Era obrigação nossa ser o mais noticioso e transparente possível, postar no site e mandar matérias diárias para veículos de todo o Estado, incluindo rádio e TV.

## LINHA DO TEMPO:

Veja as principais transformações, principalmente, das capas de **JA** – elementos gráficos, chamadas e fontes – ao longo dos 12 anos de publicação

### 2003

A primeira edição tem formato mais tradicional. União suprapartidária na capa



### 2004

Estrutura principal permanece, mas mudanças sutis valorizam o projeto gráfico

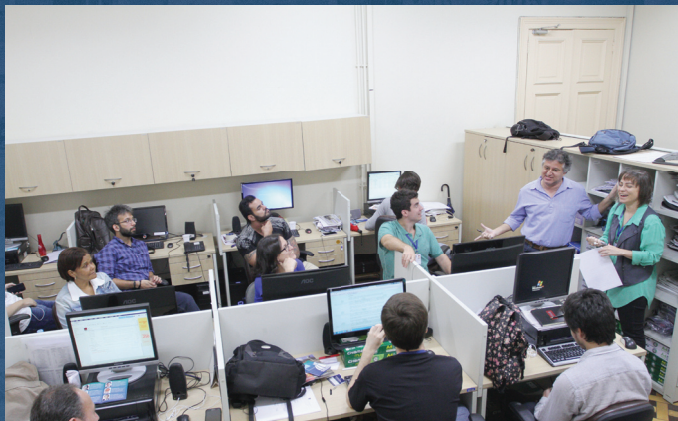


### 2007

Novidades como a criação de um logo e nova organização das informações







O presidente nunca, jamais pediu para ler uma única matéria antes de ser divulgada. Também nunca teve a vaidade de querer aparecer mais que a Casa”, afirma Daniella.

Chefe do Departamento de Comunicação Social na época, o jornalista Gabriel Oliven lembra que, no início, havia só três computadores e a sala anterior, no quinto andar do Palácio Tiradentes, mal conseguia acomodar a equipe, formada, então, por quatro repórteres, um diagramador, dois fotógrafos e seis estagiários. “Muitos estagiários que passaram por aqui estão no mercado hoje, trabalhando em jornais, TVs, rádios e agências. O *JORNAL DA ALERJ* foi a primeira experiência profissional de jornalismo impresso de muitos”, comenta.

O destaque daquela primeira edição de 1º de abril de 2003 foi uma reportagem de capa sobre a união dos deputados para, de forma suprapartidária, ajudar a recuperar o Rio da crise que assolava o Estado: obras públicas estavam paralisadas e o pagamento do 13º salário, ameaçado pela crise financeira. Para isso, era preciso dialogar com a sociedade civil e empresarial organizada. Surgia ali outra iniciativa de comunicação importante, o Fórum Permanente de Desenvolvimento Econômico, que, hoje, reúne 36 entidades (veja box ao lado).



*Após a reunião de pauta (foto maior), equipe vai em campo apurar matérias para a próxima edição*

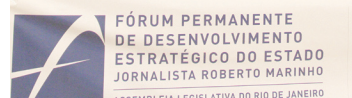
## PRIMEIRA EDIÇÃO: ESTREIA DO FORUM E SUPRAPARTIDARISMO

Contemporâneo do *JORNAL DA ALERJ*, o Fórum de Desenvolvimento Estratégico também está completando 12 anos e, como não poderia deixar de ser, sua estreia foi tema de uma matéria na edição número 1 do *JA*. Criado para promover a interação entre entidades da sociedade civil organizada, universidades e poder público, ele tem realizado debates que estimulam a elaboração de propostas e ações que contribuam para o desenvolvimento social e econômico da população fluminense. São 36 entidades que o compõem, distribuídas em câmaras temáticas. Para a subdiretora-geral do Fórum, a jornalista Geiza Rocha, a participação ativa dos deputados é mais uma chancela de reconhecimento à entidade. Desde 2003, o Fórum realizou mais de 60 eventos internos e externos, e alguns debates levaram a ações concretas para o Estado.

**Comte Bittencourt (PPS), Dica (PMDB) e Paulo Ramos (PSOL)** são alguns dos parlamentares que apareceram na primeira capa do *JA*. “A Alerj passou a ter um protagonismo maior em função da ampla comunicação. Na era da divulgação, é preciso expressar verdadeiramente o que ocorre na Casa, e a Comunicação busca cumprir esse papel”, opina Paulo Ramos. Dica diz que, por meio do jornal, do site e das reportagens publicadas nas edições do D.O. do Legislativo, às quintas-feiras, ele se informa das atividades de outros deputados. E Comte ratifica o papel da Alerj em ajudar o Estado em momentos de crise: “O *JA* é um veículo que nos permite apresentar com mais transparência nossas leis e ações de mandato. Assim como na primeira edição do periódico, estamos em um novo momento de dificuldade econômica e, mais uma vez, a Alerj confirma o seu papel fundamental na construção de caminhos para a superação das crises. Espero que esse veículo continue sendo um dos principais canais de diálogo com a população, se fortalecendo cada vez mais”. (Colaborou Isabela Cabral)



Fotos: Vitor Soares



### 2011

Com imagem em página inteira, a capa passa a trazer só chamadas



### 2012

Introdução da chancela, novo topo de capa e valorização dos elementos gráficos



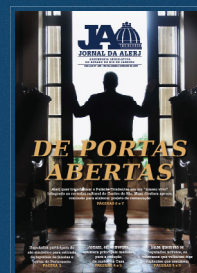
### 2014

Novo logotipo e adaptações nas fontes e cores de acordo com as matérias



### 2015

Na atual Legislatura, design gráfico mais leve e retorno à sigla *JA*





# Disque é notícia

Criado em 2001, Alô Alerj contabilizava 38 mil atendimentos quando o **JORNAL DA ALERJ** foi lançado - hoje, total é de 170 mil; funcionamento do call center foi tema de reportagem

Fotos: DCS/Alerj



Equipe trabalha de segunda a sexta, das 8h às 20h, pelo 0800 22 0008



## Alô Alerj em números

	2003	2014
Atendimentos	38 mil	170 mil
Pedidos de informações (leis, direitos e deveres do cidadão)	39,26%	60%
Reclamações	33,91%	10%
Reclamações referentes aos serviços de telefonia, fornecimento de luz, água e gás	21,16%	62,11%

A primeira edição do **JORNAL DA ALERJ** também abordou um dos mais importantes serviços de atendimento à população do Estado do Rio de Janeiro: o Alô Alerj. O serviço de ouvidoria atendia, diariamente, em 2003, 120 chamadas, com dúvidas, reclamações e elogios da população. Em funcionamento desde 2001, o Alô Alerj, na estreia do **JA**, contabilizava um total de 38 mil ligações. Atualmente, esse número já alcança 170 mil chamadas. Gerente do *call center*, Carlos Mendes explica como funciona o setor hoje: “Nossa ouvidoria é uma das mais antigas entre as empresas privadas e os órgãos públicos. Além de atendermos pelo telefone e e-mail, agora também temos o nosso serviço de *chat*, através do site da Alerj”, informa.

Ao longo dos anos, a ouvidoria registrou elogios, respondeu dúvidas e, principalmente, ajudou a resolver reclamações contra os serviços de telefonia, fornecimento de água, luz e gás. As queixas são encaminhadas às concessionárias e à Comissão de Defesa do Consumidor da Casa. Mendes conta que há usuários que já são conhecidos dos funcionários por utilizarem o serviço de forma contínua. Dependendo da época, os pedidos de informação mudam. “No início do ano, por exemplo, ligam muitos pais de alunos para requisitar vagas em creches e escolas”, explica.

O Alô Alerj funciona no 0800 22 0008, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h. Pela internet, o atendimento é feito pelo site [www.alerj.rj.gov.br/aloalerj](http://www.alerj.rj.gov.br/aloalerj). Hoje, a ouvidoria, que divide o atendimento com outros disques da Casa, recebe, em média, 100 ligações por dia.



Presidente da Casa, o deputado Jorge Picciani (PMDB) apoiou a mudança de perfil da Comunicação e a estreia do **JORNAL DA ALERJ**:

“O Estado passava por uma crise. Então, o Parlamento cumpriu sua missão de mediador. O **JA** reitera nossa política de transparência, pois a comunicação é a base para uma Casa que representa o povo”.



Ex-deputada, Georgette Vidor, 57 anos, foi entrevistada na primeira edição e falou dos projetos de esporte para pessoas com deficiência:

“Quando me tornei deputada, em 2002, passei a conciliar o trabalho político com o esportivo. E sempre contei com a divulgação do **JA**. Se não tivesse isso, não seria, hoje, secretária Municipal da PCD”.



Gabriel Oliven era chefe da Comunicação Social em 2003. Ele conta que um dos desafios era adaptar a equipe ao ritmo de uma redação de jornal:

“A partir do momento em que se tem um periódico, é preciso incentivar a equipe a escrever, pautar, elaborar. Foi um desafio grande. Com a produção de matérias impressas, também tornamos o site mais noticioso”.



## PERFIL

Fotos: DCS/Alerj



# OS REIS DA TRIBUNA

Da esq. p/ a dir.: Luiz Paulo, Mendes e Lisboa usam a tribuna durante o expediente final para falar dos problemas do Estado

### Com o dom da oratória, deputados usam a tribuna para falar dos assuntos que afetam a vida dos cidadãos

GABRIEL DESLANDES E MÁRCIA MANGA

**S**egundo o dicionário, a oratória é a arte de falar em público de forma estruturada e deliberada, com a intenção de informar, influenciar ou entreter os ouvintes. Talvez por isso seja tão difícil encontrar um político que não seja bom em oratória. Diariamente, na tribuna da Alerj – dois púlpitos localizados nas extremidades da mesa do plenário –, durante as sessões plenárias ou no expediente final, os deputados inscrevem-se para discursar por até dez minutos. Nessa hora, é possível ver o dom da palavra em cada um deles.

Ex-presidente de Diretório Acadêmico na Faculdade de Engenharia da Universidade de Brasília (UnB), o deputado **Eliomar Coelho (PSol)** começou a notar sua aptidão com as palavras ainda nos tempos de estudante, nos anos 60. “Na

época, o movimento estudantil era mais efervescente, e o tempo todo fiz parte de grêmios no ginásio e de centros acadêmicos na universidade”, lembra. Por sua retórica, o agora parlamentar participou até de um campeonato de oratória quando cursou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR).

O deputado **Luiz Paulo (PSDB)** tomou gosto pela oratória cedo. “Faço política com mandato há muitos anos, desde o movimento estudantil, quando lutei contra a ditadura. O processo político me ensinou a me expressar”, explica.

Nesta legislatura, entre os deputados que lideram o *ranking* dos que mais frequentam a tribuna, estão também **Jânio Mendes (PDT)** e os novatos na Alerj **Wanderson Nogueira (PSB)** e **Rogério Lisboa (PR)**. O último vê a oratória do político como uma forma de externar as preocupações do eleitor: “Ao subir na tribuna, para que seja verdadeiro o discurso, temos que estar realmente envolvidos com o que estamos falando. Tento me colocar no lugar do eleitor”, revela.

Apesar de discorrer sobre variados assuntos, a maioria dos deputados nunca frequentou um curso de oratória. Luiz

Paulo, que discursa sobre temas variados e recheados de dados relevantes, costuma se preparar antes de subir ao púlpito: “Faço pesquisas quando necessário e leio jornais diariamente. É importante se inteirar do que está acontecendo”. Para ele, não existe tema ruim ou bom, mas, sim, tema “menos árido”. “Quem lê discurso não vive o discurso. Quando necessário, levo na mão alguns dados”, acrescenta.

Após 24 anos na Câmara dos Vereadores do Rio, escolher a pauta que vai discursar também não é problema para Eliomar Coelho: “A referência dos meus discursos são as reivindicações que encontro no seio da sociedade, voltadas, especialmente, para a melhoria da vida do povo das cidades”.

Formado em Direito, mas tendo que abrir mão da profissão ao ingressar na política, Rogério Lisboa informa que o assunto preferencial em seus discursos são os problemas urbanos de sua cidade natal, Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense: “Os políticos tratam dos temas mais caros a cada região que representam. Sou de uma onde o tema principal são o saneamento básico e a saúde”.





# CEM DIAS DE TRABALHO

**Em pouco mais de três meses, 407 projetos de lei foram apresentados na Casa**

ANDRÉ COELHO, MARIANA TOTINO E VANESSA SCHUMACKER

**O**s primeiros cem dias de trabalho da atual legislatura foram de atividades intensas das comissões, muitos projetos apresentados e votados. Até o dia 12 de maio, foram 407 projetos de lei apresentados, dez propostas de Emendas à Constituição (PECs), mais de 60 projetos de resolução e 56 indicações legislativas. As 36

comissões permanentes, sete CPIs e quatro Comissões Especiais realizaram 45 audiências públicas e 12 vistorias externas. No período, foram publicadas ainda 40 novas leis, como a que mudou o regime especial de ICMS de 45 cidades; a que determina a divulgação dos níveis de reservatórios do rio Paraíba do Sul e a que cria o Fundo Estadual para Calamidades Públicas.

Deputada de primeiro mandato, a delegada **Martha Rocha (PSD)** foi a vice-campeã de propostas apresentadas, com 26 projetos de lei. Ex-chefe da Polícia Civil, Martha tem como tema central de suas proposições a segurança e, muitas delas, criando regras específicas para facilitar investigações, como a que determina o armazena-

mento das imagens de câmeras de segurança de bancos por pelo menos dois anos (248/15). “O deputado não é um despachante de interesses pessoais, mas, evidentemente, trago minha experiência na polícia para minha atuação legislativa”, explica.

## Cumpra-se

O campeão de projetos apresentados no período foi o deputado **Carlos Minc (PT)**, que, nos primeiros cem dias de seu oitavo mandato, apresentou 27 propostas. Minc conta que a maior parte das ideias para projetos de lei surge da atuação do próprio mandato em áreas ligadas ao meio ambiente, educação, saúde e segurança, mas que muitas delas nascem em conversas com



movimentos sociais. “Como sou um dos deputados que mais aprovaram leis na Alerj – foram 138 até hoje –, as pessoas me procuram. Nossa equipe conversa com elas, discutimos as ideias, formatamos e damos entrada nos projetos”, conta.

Presidente da Comissão Especial para o cumprimento das leis, conhecida como Cumpra-se, Minc afirma que apresentar e aprovar os projetos é o primeiro passo. “Em todos esses anos como deputado, posso dizer que passo três vezes mais tempo brigando para que a lei seja cumprida do que formulando e aprovando os projetos”, declara. “A maior parte das pessoas não sabe que as leis existem, então você tem que correr atrás. Por isso, fazemos adesivos, cartilhas, mostramos para as pessoas quais são e como cobrar seus direitos”, completa. Minc lembra de leis suas que demoraram para serem efetivadas. “A lei 2.389, de 1995, que proíbe o chumbo na gasolina, só foi ser efetivamente cumprida seis anos depois”, lembra.

Foto: Iara Pinheiro



Minc, o líder em apresentação de PLs

Foto: Ruano Carneiro



Átila tem 12 mandatos consecutivos

### Responsabilidade

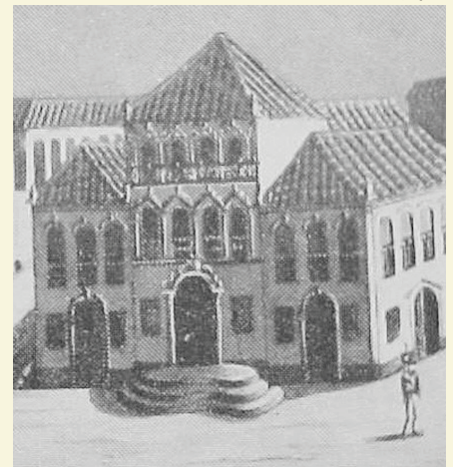
Deputado mais experiente da Alerj, com 12 mandatos consecutivos, **Átila Nunes (PSL)** destaca nestes primeiros cem dias os esforços que têm sido feitos para o corte de gastos na Casa e a responsabilidade que o parlamento tem tido para ajudar o Estado a contornar a crise econômica. “Deputados que apoiam o Governo e os oposicionistas estão cautelosos. A população perceberá qualquer movimento que não pareça maduro, responsável. A crise é séria. E é nosso dever preservar as instituições”, comenta.

Para Átila, a atual legislatura, que teve mais de 40% de renovação em relação à anterior, tem apresentado uma boa integração entre os parlamentares para a construção de boas propostas. “O Legislativo fluminense avançou muito. E a safra de jovens deputados, todos preparados, contribuiu bastante para esse avanço. Conseguiu-se uma boa interação entre os veteranos e os novatos”, diz.

COLUNA

## UM PALÁCIO DE HISTÓRIAS

Foto: Divulgação



### Prédio também abrigava açougue

Desde a última edição, o *JORNAL DA ALERJ* está contando histórias do Palácio Tiradentes. A coluna será publicada até 2016, quando o prédio, que é sede do Parlamento fluminense, completa 90 anos. É provável que o surgimento do Palácio tenha começado a ganhar forma em 1619, quando problemas estruturais ameaçaram a primeira sede da Câmara de Vereadores, construída de taipa, e ela ruiu. O historiador Milton Teixeira revela, no entanto, que a obra, localizada no antigo Morro do Castelo, no Centro do Rio, teve grande importância por se tratar do primeiro sobrado erguido na cidade.

Cem anos depois, teve início a construção de uma estrutura mais sólida, com projeto vindo de Portugal: um sobrado em pedra-e-cal, cujas obras se arrastaram por vários anos. O empreendimento foi concluído pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim, em 1751. A Câmara de Vereadores ficou no andar superior junto com o Tribunal Ordinário. No térreo, a cadeia pública e o açougue da cidade.

Essa, porém, não foi a primeira vez que a Câmara teve que lidar com gado e afins. No início, os vereadores, 12 no total, não recebiam salário. Chamados de almotacés, ou fiscais da Câmara, o grupo ganhava línguas de bois abatidos como pagamento. (Texto de Symone Munay)



### 11ª Legislatura em números (\*)

**407** projetos apresentados

**10** propostas de emenda constitucional

**2** Projetos de Lei Complementar

**63** projetos de resolução apresentados

**46** resoluções aprovadas

**56** indicações legislativas

**40** leis sancionadas

**21** vetos derrubados

**50** vetos mantidos.

**45** audiências públicas realizadas

**12** vitórias de comissões

\* Dados apurados até o dia 12/05



## LEGISLAÇÃO

# ARMAS CONTRA A DENGUE



Caio assumiu coordenação de oficina em São Cristóvão há dois meses e diz que norma também ajuda a manter ambiente limpo

## Lei obriga ferros-velhos a protegerem pneus e garrafas de focos da dengue

FELIPE TEIXEIRA

**A** luta contra a dengue ganhou um importante reforço com a promulgação da Lei 6.990/15, que obriga estabelecimentos como borracharias, oficinas e ferros-velhos a realizarem a proteção adequada de pneus, garrafas e objetos que possam acumular água. O objetivo das novas medidas de controle é evitar a existência de criadouros dos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, transmissores da doença. De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde, 27.856 casos de suspeita foram registrados entre janeiro e maio de 2015, mais do que o triplo de 2014. Sete mortes foram confirmadas.

“Os problemas de saúde do início do século XXI são essencialmente públicos, relevando a crescente importância das condições ambientais na determinação da situação de saúde da população”, justifica o deputado **Luiz**

**Martins (PDT)**, autor da lei ao lado do deputado **Chiquinho da Mangueira (PMN)**. Para Chiquinho, o Estado deve ser responsável pela implementação de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças. A nova lei determina ainda que programas de combate à dengue deverão realizar campanhas educativas junto aos donos dos estabelecimentos a fim de esclarecer os riscos dos criadouros dos mosquitos, com distribuição de material explicativo e orientação quanto aos procedimentos preventivos corretos. Os locais que não cumprirem as instruções sanitárias estão sujeitos ao pagamento de multas no valor mínimo de R\$200.

### Cuidado constante

Enquanto a aprovação da nova lei poderá surpreender alguns proprietários, outros apenas continuarão com sua rotina de prevenção. É o caso de Caio Cordeiro, de 23 anos, coordenador da oficina de lanternagem e pintura da empresa Park Escobar, em São Cristóvão. Segundo ele, todos os dias o local recebe peças de lataria e para-choques de carros, que são cobertos com uma lona até

serem descartados para um ferro-velho, em até dois dias. “Essas medidas não só ajudam na prevenção da dengue, como também deixam o ambiente mais limpo e organizado. Temos muitas residências em volta da oficina; então, mantemos esse cuidado para os mosquitos transmissores de doenças não proliferarem. Além de uma obrigação diante da sociedade, também é uma responsabilidade com as condições de trabalho de nossos próprios funcionários”, diz Caio, que informa, ainda, não ter recebido visitas de programas de combate à dengue.



### Números da Dengue

**27.856 casos de suspeita**  
(jan a mai/2015)

**7.819 casos de suspeita**  
(todo o ano de 2014)

**7 mortes confirmadas(\*)**  
(\*) 4 em Resende